

EDUCAÇÃO, IDEOLOGIA E ALIENAÇÃO: REFLEXÕES ONTOLÓGICAS A PARTIR DE LUKÁCS

EDUCACIÓN, IDEOLOGÍA Y ALIENACIÓN: REFLEXIONES ONTOLÓGICAS A LA LUZ DE LUKÁCS

EDUCATION, IDEOLOGY AND ALIENATION: ONTOLOGICAL REFLECTIONS BASED ON LUKÁCS

DOI: <http://10.9771/gmed.v17i2.66492>

Marllon Moreti de Souza Rosa¹

Mariana Aparecida Bologna Soares de Andrade²

Resumo: Este artigo analisa as categorias ontológicas de ideologia e alienação em *Para uma Ontologia do Ser Social* (1986; 2018), de György Lukács, destacando suas implicações para a compreensão das dinâmicas sociais e, em particular, da educação. Lukács concebe o ser social como historicamente constituído pela práxis humana, sendo a ideologia uma função social que media conflitos e contradições, e não apenas um véu que encobre a realidade. A alienação, por sua vez, é vista como um fenômeno que distancia o indivíduo de sua essência humana, limitando suas potencialidades. O artigo explora como esses conceitos se manifestam no campo educacional, entendendo a educação como um complexo social que tanto reproduz quanto pode desafiar estruturas de dominação. Com base em uma leitura crítica do Tomo II da obra de Lukács, o texto argumenta que a ideologia não é intrinsecamente negativa, podendo desempenhar um papel emancipador ao conscientizar sobre conflitos de classe. Assim, a educação é analisada enquanto espaço de disputa ideológica, capaz de perpetuar ou transformar as condições sociais, oferecendo subsídios para uma crítica ontológica das práticas educativas em contextos contemporâneos.

Palavras-chave: Ontologia. Ideologia. Alienação. Educação. Lukács.

Resumen: Este artículo analiza las categorías ontológicas de ideología y alienación en *Para una ontología del ser social* (1986; 2018) de György Lukács, destacando sus implicaciones para la comprensión de las dinámicas sociales y, en particular, de la educación. Lukács ve el ser social como históricamente constituido por la praxis humana, siendo la ideología una función social mediadora de conflictos y contradicciones, y no sólo un velo que encubre la realidad. La alienación, a su vez, es vista como un fenómeno que aleja al individuo de su esencia humana, limitando su potencial. El artículo explora cómo estos conceptos se manifiestan en el ámbito educativo, entendiendo la educación como un complejo social que reproduce y a la vez puede desafiar las estructuras de dominación. A partir de una lectura crítica del volumen II de la obra de Lukács, el texto sostiene que la ideología no es intrínsecamente negativa y puede desempeñar un papel emancipador al concienciar sobre los conflictos de clase. Así, la educación es analizada como un espacio de disputa ideológica, capaz de perpetuar o transformar las condiciones sociales, ofreciendo subsidios para una crítica ontológica de las prácticas educativas en contextos contemporáneos.

Palabras clave: Ontología. Ideología. Alienación. Educación. Lukács.

Abstract: This paper analyzes the ontological categories of ideology and alienation in György Lukács' *For an Ontology of Social Being* (1986; 2018), highlighting their implications for understanding social dynamics and, in particular, education. Lukács sees social being as historically constituted by human praxis, with ideology being a social function

that mediates conflicts and contradictions, and not just a veil that covers up reality. Alienation, in turn, is seen as a phenomenon that distances the individual from their human essence, limiting their potential. The article explores how these concepts manifest themselves in the field of education, understanding education as a social complex that both reproduces and can challenge structures of domination. Based on a critical reading of Volume II of Lukács' work, the text argues that ideology is not intrinsically negative and can play an emancipatory role by raising awareness of class conflicts. Thus, education is analyzed as a space of ideological dispute, capable of perpetuating or transforming social conditions, offering subsidies for an ontological critique of educational practices in contemporary contexts.

Keywords: Ontology. Ideology. Alienation. Education. Lukács.

Introdução

Este artigo é um desdobramento de um outro trabalho publicado neste mesmo periódico (Rosa & Andrade, 2024), em que é realizado um esforço para a se pensar o processo educativo a partir da categoria ontológica *Reprodução*, desenvolvendo uma crítica ontológica necessária em tempos tão sombrios. No trabalho anterior, concluímos que a função social da educação é a continuidade, a permanência, a conservação da reprodução social, o que não é um problema; a grande questão se encontra no modelo de realidade que essa educação está trabalhando para conservar. De acordo com Lukács (2018), as categorias ontológicas, embora sejam apresentadas separadamente, são interconectadas e mutuamente determinadas, o que nos leva a expandir a investigação ontológica da educação considerando duas outras categorias: a *Ideologia* e a *Alienação*.

A posição histórica da classe trabalhadora moderna direciona seu agir e pensar, determinando uma consciência que vai além dos interesses da classe dominante, gerando um processo de disputa entre diferentes ideações e ideologias (Lukács, 2018). Isso significa, que dados os condicionantes históricos, a classe trabalhadora é capaz de atuar de forma consciente como agente não subordinado à classe dominante, direcionando para o progresso, tendo em sua consciência o reflexo de sua identidade social. Nas sociedades anteriores, as classes revolucionárias, oprimidas, miseráveis e esfarrapadas só eram capazes de agir a partir de seus interesses imediatos para uma ação social planejada e eficiente na superação das condições de exploração, mas isso mudou com a amplificação da disseminação da ideologia dominante, que é alienante (Lukács, 2018).

A consciência de classe proporciona aos trabalhadores o autoconhecimento e conhecimento da estrutura que sustenta suas ações, revelando-lhes tanto a estrutura completa da sociedade capitalista quanto sua própria determinação histórica enquanto classe. Essa consciência é a antítese da ideologia dominante, que é uma falsa consciência para o trabalhador, que pode nos proporcionar a síntese da verdadeira libertação da classe trabalhadora dos grilhões da exploração. Por isso, essa consciência é uma unidade dialética inseparável entre teoria e prática, é a *práxis* por excelência.

É nesse sentido que “a combatividade de uma classe é tanto maior quanto melhor for a consciência que ela puder ter na crença de sua própria vocação” (Lukács, 2018^a, p. 168), já que “o destino de uma classe depende da sua capacidade de esclarecer e resolver, em todas as suas decisões práticas, os problemas que lhe impõem a evolução histórica” (Lukács, 2018^a, p. 146). Quanto mais a classe trabalhadora se afastar da ideologia burguesa, mais próxima estará da materialização de sua vocação, que é a superação

das classes. Portanto, a consciência de classes nos encaminha para a superação da sociedade de classes, já que a ideologia burguesa

[...] não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjunto de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos, que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social. (MÉSZÁROS, 2004, p. 65).

O desenvolvimento econômico do capitalismo, portanto, estabeleceu a posição do proletariado no processo de produção, e essa posição moldou sua perspectiva. Esse processo objetivo apresentou ao proletariado não só a possibilidade de transformação da realidade, mas sua necessidade; essa transformação, por sua vez, só pode ser realizada por meio de uma ação livre e consciente dos trabalhadores, sendo a escola um espaço de disputas que possibilita esse movimento. Esses posicionamentos são desenvolvidos por Lukács, que identifica as categorias ontológicas do ser social e, de sua ontologia, deriva uma ética.

Para uma Ontologia do Ser Social (1986; 2018), de György Lukács (1885-1971), é uma obra tardia que representa uma grande realização teórica para a compreensão das bases ontológicas da existência humana e suas relações com a totalidade social. Lukács parte da premissa de que o Ser Social é constituído historicamente, por meio da *práxis* humana, e que entender suas categorias fundamentais – trabalho, reprodução, ideologia e alienação – são essenciais para desvendar as dinâmicas que regem a vida social (Lukács, 2018). Nesse sentido, a ontologia lukacsiana não se limita a uma análise filosófica abstrata; ela busca compreender como os seres humanos, em sua vida concreta, transformam a natureza e a si mesmos, criando condições materiais de sua existência.

O contexto histórico em que o húngaro desenvolve sua ontologia é marcado por profundas transformações sociais, políticas e econômicas. O século XX testemunhou o auge e a crise do capitalismo, as revoluções socialistas, as guerras mundiais e o surgimento de novas formas de dominação e exploração (Grenville, 2005). Nesse cenário, Lukács se dedicou a elaborar uma teoria que pudesse não apenas explicar as contradições do capitalismo, mas também apontar caminhos para sua superação. Sua ontologia, portanto, é profundamente engajada com a realidade histórica, buscando desvendar as estruturas que perpetuam a alienação e a ideologia nas sociedades modernas (Zitta, 2013).

Neste artigo, nos debruçaremos sobre duas categorias ontológicas lukacsianas: a *ideologia* e a *alienação*. Ambas são entendidas como complexos sociais que emergem do processo de reprodução social e que desempenham um papel crucial na manutenção das relações de dominação (Lukács, 2018). De acordo com Lukács (2018), a ideologia, longe de ser um mero véu que mascara a realidade, é compreendida como uma função social que medeia os conflitos e as contradições da vida coletiva, o que é uma inovação para se pensar esse elemento, mesmo sob o ponto de vista marxista. Já a alienação, por sua vez, é analisada como um fenômeno que afasta os indivíduos de seu caráter humano, impedindo o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

A partir disso, exploramos como essas categorias se expressam no campo da *educação*. A educação, enquanto complexo social, não está imune aos processos de alienação e ideologia. Pelo contrário, ela é um espaço privilegiado para a reprodução das estruturas dominantes. Ao analisar a educação sob a ótica lukacsiana, buscamos compreender como as práticas educativas podem tanto perpetuar quanto desafiar algumas relações de dominação, contribuindo para a construção de uma sociedade melhor.

Para a realização do artigo, realizamos leitura crítica de bibliografia selecionada, nos debruçando sobre o *Tomo II* de *Para uma Ontologia do Ser Social* (Lukács, 2018), buscando localizar o complexo social da educação em suas relações com a *Ideologia e Alienação*. Assim, este trabalho está organizado em dois tópicos, além de Introdução, Considerações Finais e Referências, a saber: i. Ideologia e Alienação na Ontologia; ii. Educação enquanto complexo de Alienação e Ideologia.

Ideologia e Alienação na Ontologia

Os capítulos a respeito da *Ideologia e Alienação*, na Ontologia, são problemáticos, pois são textos não revisados por Lukács, que morreu antes da publicação completa da obra. Trabalhar essas duas categorias conjuntamente é um caminho interessante, pois de acordo com o próprio Lukács (2018), a alienação é um problema ideológico. Quando trata da Ideologia, Lukács está se referindo a ideias que compõem “uma visão de mundo, e auxiliam os homens na tomada de posição ante os grandes problemas de cada época, bem como ante os pequenos e passageiros dilemas da vida cotidiana” (Lessa, 2015, p. 41). Na tradição marxista, principalmente advinda das interpretações da *Ideologia Alemã* (Marx & Engels, 2007), a ideologia é tratada como contraposta à ciência. Marx e Engels (2007), inclusive, afirmam que ideologia é como uma câmara escura que inverte o real, mascarando as contradições entre os homens e legitimando as relações de dominação e exploração. Nessa perspectiva, ideologia seria um véu que mascara a realidade. Para Lukács, conceber ideologia dessa maneira, como contraposição da ciência daria ao conhecimento científico um caráter neutro e a-histórico.

Dessa maneira, para o húngaro, precisamos investigar cuidadosamente o fenômeno da ideologia enquanto um *pôr teleológico secundário*, como um processo mental capaz de mediar os conflitos sociais, por isso, considerar a ideologia como uma *função social* (Lessa, 2015; Lukács, 2018). Na perspectiva lukacsiana, devemos superar essa dicotomia *quasi*-positivista entre ideologia e ciência, e compreender, como afirma Lessa (2015), que o pensamento evolutivo darwiniano, por exemplo, se tornou uma ideologia muito importante nas disputas pela unificação da biologia no século XX, sem deixar de ser um dado científico.

Enquanto os *pores teleológicos primários*, responsáveis por suprir as necessidades imediatas humanas buscam transformar a natureza, fornecendo a base para o metabolismo entre homem/natureza, os *pores secundários* possuem o objetivo de convencer os outros a agirem de determinada maneira, influenciando suas escolhas, como foi esboçado em nosso trabalho já citado na introdução (Rosa & Andrade, 2024). Sem a transformação da realidade por meio da objetificação do trabalho inicial, não faz sentido convencer os outros indivíduos a agirem de certa forma, o que nos leva a afirmar que o desenvolvimento do trabalho

como categoria ontológica fundamental gera estruturas sociais que são simultaneamente construídas pelo trabalho, mas não redutíveis a ele (Lukács, 2018).

São nesses aspectos secundários e não redutíveis ao trabalho que operam as categorias *ideologia* e *alienação*. Ideologia, para Lukács, “é uma forma específica de resposta às demandas e aos dilemas colocados pelo desenvolvimento da sociabilidade” (Lessa, 2015, p. 43). Essa resposta às demandas se manifesta nos níveis superestruturais da sociedade, como a educação e o direito, que regulamentam a práxis social a partir de um conjunto de normas e padrões de condutas que convencem os sujeitos a agirem de acordo com o que a reprodução social requer.

Se a ideologia é uma resposta aos problemas sociais, e a ação do trabalho transforma a realidade e movimenta a história, a ideologia não pode ser algo fixo, metafísico, mas sim um conjunto de ideias e crenças que evoluem de acordo com transformações sociais (Lukács, 2018). Com o surgimento das classes sociais, a função da ideologia se torna mais que apenas justificar e tornar aceitável a prática diária, mas assume o caráter de fazer com que os indivíduos atendam aos interesses da classe dominante. De acordo com Lukács (2018), os conflitos entre diferentes grupos sociais para influenciar as pessoas a adotarem certos objetivos e não outros, alinhados com os interesses da classe dominante, acontecem principalmente no campo da ideologia. Em última análise, a disputa por determinados valores, propósitos e ações práticas, em detrimento de outros, ocorre no âmbito das ideias e concepções disseminadas e legitimadas na sociedade enquanto coletivo.

Quando transicionamos para uma sociedade de classes, a ideologia passou a ter uma função política (Lessa, 2015), sendo um elemento fundamental pelo jogo de poder entre as classes sociais. Nesse momento, a ideologia passou a ser um conjunto de ideias e discursos com o objetivo de organizar os conflitos de classes e manter a reprodução social de acordo com os interesses da classe dominante (Lukács, 2018). A partir disso, a ideologia “consiste no fato de que os homens [...] trazem à consciência seus conflitos sociais, e por seu meio combatem conflitos cuja base última é preciso procurar no desenvolvimento econômico” (Lukács, 2018, p. 452). Se ideologia é o processo de tornar consciente os conflitos de classes, ela pode ser, também, um instrumento de conscientização para a superação do capitalismo. Esta é, portanto, sua função social.

De acordo com Lessa (2015), o que permite com que uma ideia se torne uma ideologia, é a capacidade “em conferir sentido às necessidades colocadas pela socialização, em dado momento da vida social, através da construção de uma interpretação global da vida, de uma visão de mundo (p. 45). Nesse sentido, pensar e explicar o mundo não é ideologia, pensamentos sobre a vida e sobre o mundo só se tornam ideológicos quando se configuram como “veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos (Lukács, 2018, p. 337).

Essa nova acepção supera a ideia de *Ideologia* enquanto falsa consciência ou véu que mascara a realidade, muito presente no marxismo ortodoxo. Conceber a ideologia enquanto uma função social é dar a ela o caráter histórico e objetivo necessários para compreender as dinâmicas sociais, já que o fenômeno ideológico corresponde a uma necessidade social concreta (Lessa, 2015). Em cada modo de produção, a

sociedade precisou organizar a práxis coletiva de acordo com o que sua reprodução social supunha, e organizar a reprodução social é, ontologicamente, garantir a existência do ser. Esse posicionamento de Lukács é importante, pois nos permite concluir que toda e qualquer ideação humana pode ser utilizada como ideologia transformadora – ou conservadora – da história, mesmo a ciência e a educação.

Portanto, é da síntese dos atos dos indivíduos historicamente determinados que vai surgir a totalidade social. Essa totalidade é a síntese dos atos singulares nas tendências mais universais, que é rigorosamente casual, contudo, há um enorme encontro de acasos, pois em um indivíduo concreto, pode haver diversas decisões diante das diferentes manifestações objetivas da realidade. Lukács (2018), afirma que o presente da história humana tem para o futuro diversos pontos e possibilidades, e o que determina os rumos que a humanidade vai tomar é a síntese dos atos singulares que se tornam tendências universais.

Da crise do capitalismo temos duas grandes possibilidades concretas: ou a destruição da humanidade decorrente da grande crise ambiental em que vivemos, ou uma transformação radical nos modos com que produzimos e reproduzimos a vida social. Como o futuro da humanidade é um campo de possibilidades, não podemos nos reproduzir socialmente contando com que nossas ações vão gerar os efeitos que nós objetivamos. Não dá, por exemplo, para afirmar que nossas ações não serão um obstáculo para nossa reprodução enquanto espécie no futuro. É a partir desse panorama que Lukács vai definir a alienação, “pois o caráter social puro da sociabilidade burguesa possibilitou que a existência humana se alienasse numa intensidade e numa amplitude inéditas na história” (Lessa, 2015, p. 81).

A alienação, para Lukács, é um complexo social que surge no processo de reprodução social intimamente articulado com o fato de que o futuro da humanidade inclui consequências das ações humanas que podem eliminar a própria humanidade (Lukács, 2018). O desenvolvimento das forças produtivas pautadas na exploração desenfreada ambiental coloca a humanidade em posição de contemplar sua própria destruição. O complexo da alienação, diz Lukács (2018), existe, pois, a história não é teleológica e determinada, mas sim um campo de possibilidades de ações que impedem a previsão do futuro e a certeza de que nossas ações sempre serão em direção de preservar a própria vida, o que nos afasta, nos aliena, nos estranha da condição orgânica do nosso complexo ontológico, que são obstáculos ao desenvolvimento da própria humanidade – assim se conceitua a *alienação* (Lukács, 2018).

A alienação, nas sociedades de classes, adquire um caráter peculiar: existe uma sociedade em que uma minoria se organiza e explora a maioria para trabalhar para essa minoria, se apropriando do excedente produtivo. Ocorre, portanto, um processo em que o desenvolvimento da humanidade só pôde ser possível com genocídios gigantescos, como o que aconteceu com os povos nativos das Américas, da Ásia e de África. Esse desenvolvimento só foi possível pela exploração do homem pelo homem e pelo trabalho alienado, ou seja, o trabalho que impede o próprio desabrochar da humanidade dos seres (Lessa, 2015).

A grande contradição apontada por Lukács é que, com a revolução industrial, saímos da condição de carência e passamos a produzir muito mais do que o necessário para a sobrevivência da humanidade. Essa abundância, em uma sociedade de classes, faz com que essa estratificação social se torne um obstáculo para a plena existência humana, o que pode ser testemunhado pela crise permanente do capitalismo. Essa alienação da propriedade privada só pode ser superada por essa força de produzir no capitalismo, trocando

o valor de troca pelo valor de uso, fazendo com que todos os seres humanos possam consumir que lhe é necessário. Eliminando essa alienação específica da propriedade privada, todos os complexos alienativos dela derivados, serão destruídos (Lukács, 2018).

Lukács (2018) recupera a ontologia de Marx e Engels de forma densa, profunda, ampliada e renovadora. O autor nos obriga a colocar as coisas em seus devidos lugares, a sair do plano ideológico-discursivo, das batalhas narrativas, da semiótica despolitizada, e entender que a transformação da realidade depende de uma análise essencialmente ontológica da sociedade. Essa análise aponta não somente para as limitações dos discursos liberais progressistas, mas também para a necessidade de uma transformação radical desses movimentos. Isso decorre do fato de que a superação do capitalismo não se limita à esfera econômica, mas permeia a própria consciência social, implicando mudanças nos sistemas educacionais, nas relações de trabalho e na própria compreensão do valor humano.

A ideia central de Lukács reside na transição do trabalho alienado e fetichizado para um modelo em que a produção atenda às necessidades reais, não só materiais, mas também humanas, garantindo a todos não apenas a igualdade de direitos (em uma sociedade sem classes), mas a eliminação das discrepâncias entre as capacidades e necessidades individuais (Lukács, 2018). A abolição das classes, do estado como instrumento de dominação, e a participação igualitária na tomada de decisões sobre o processo produtivo, são elementos fundamentais da proposta lukacsiana.

Portanto, ancorarmo-nos no referencial lukacsiano não se trata apenas de uma mera proposição teórica, mas sim de um chamado à ação, uma convocação para uma mudança estrutural na sociedade, baseada na compreensão de que a revolução proletária não é uma utopia, não é um momento sem lugar na realidade, mas uma possibilidade concreta e necessária para assegurar um futuro para a humanidade. É um convite para repensar e reconstruir não apenas as relações de produção, mas também as estruturas sociais, políticas e culturais, vislumbrando um horizonte onde o trabalho socialmente consciente seja o alicerce de uma nova ordem, onde a verdadeira riqueza seja medida pela satisfação das necessidades coletivas e individuais.

Educação enquanto complexo da Ideologia e da Alienação

O debate sobre o papel da educação na sociedade contemporânea não pode ser dissociado das categorias ontológicas propostas por Lukács, pois são conceitos centrais para a compreensão das dinâmicas de reprodução social e da formação de consciência (Maceno, 2017). A obra de Lukács, portanto, oferece um arcabouço teórico fundamental para compreender as dinâmicas sociais e, consequentemente, os desafios e possibilidades da educação na contemporaneidade. A partir das categorias lukacsianas, é possível analisar como a educação se insere no contexto das relações de poder, da reprodução social e da luta pela transformação das estruturas sociais.

Como já apresentado, a ideologia não é simplesmente um conjunto de falsas ideias ou um véu que mascara a realidade (Lukács, 2018), mas uma função social, uma resposta às demandas e conflitos que emergem no processo de reprodução da vida social. Nesse sentido, a ideologia opera como um mecanismo

que organiza e legitima as práticas sociais, influenciando as escolhas e ações dos indivíduos. A educação, enquanto complexo social, é um dos espaços privilegiados para a disseminação e reprodução de ideologias (Maceno, 2017; Rosa & Andrade, 2024).

Na sociedade capitalista, a educação assume um papel reprodutor das relações de dominação, transmitindo valores e conhecimentos que legitimam a ordem vigente. Isso ocorre porque, como aponta Lukács (2018), a ideologia assume uma função política nas sociedades de classes, servindo aos interesses da classe dominante, posicionamento marcado por Marx e Engels (2007), ao afirmarem que as ideias dominantes de um tempo são as ideias da classe dominante. A escola, nesse contexto, pode ser vista como um aparelho ideológico do Estado, no sentido proposto por Althusser (1985), que contribui para a manutenção da hegemonia burguesa.

Contudo, a concepção lukacsiana de ideologia como função social abre espaço para pensar a educação não apenas como um instrumento de dominação, mas também como um campo de disputa e transformação. A ideologia, assim, não é apenas um instrumento de pura reprodução, mas também uma ferramenta para a superação das relações de exploração. Como afirma Lessa (2015), a ideação só se torna ideológica quando lida com os conflitos sociais. Portanto, a educação pode desempenhar um papel crucial na construção de uma nova hegemonia, baseada em valores e práticas que visem à emancipação humana.

No entanto, é preciso reconhecer que historicamente, nas sociedades de classes, as ideologias dominantes trabalham produzindo alienações, ou seja, um processo de distanciamento dos indivíduos em relação às condições concretas de sua existência, podendo produzir ações capazes de colocar em risco a própria espécie (Lukács, 2018). Nas sociedades capitalistas, a alienação assume forma particular, na qual os indivíduos são reduzidos a meros instrumentos da produção, e suas capacidades criativas e humanas são subjugadas às exigências do mercado.

A educação, nesse contexto, muitas vezes reproduz a lógica da alienação, focando na precarização do trabalho e reforçando sua divisão social. A escola, ao priorizar o ensino tecnicista e puramente instrumental, em detrimento de uma formação humanística e crítica, contribui para a reprodução das relações de exploração e dominação, cumprindo sua função social, conforme apresentado em nosso trabalho anterior (Rosa & Andrade, 2024). A contribuição de Lukács é compreender que alienação não é determinística e inevitável, mas um fenômeno histórico que pode ser superado por meio da transformação das relações produtivas e sociais. Nesse contexto, o processo educativo deve atuar como um espaço possível para a preparação e concepção de um tipo novo de sociabilidade.

Portanto, compreender que a educação desempenha uma função social ligada à conservação e manutenção da reprodução social (Rosa & Andrade, 2024) não implica resignar-se ou abandonar a luta pela emancipação intelectual e cultural. Pelo contrário, ao reconhecer as limitações ontológicas inerentes à educação, somos instigados a repensar nossas práticas e nosso lugar no mundo, de modo a exercer uma práxis verdadeiramente transformadora. Essa práxis não apenas contribui para a formação de uma consciência crítica, mas também abre caminho para a produção e disseminação de novas ideologias, capazes de desafiar as estruturas vigentes e promover mudanças significativas na sociedade. A práxis, no sentido

marxista, refere-se à atividade humana consciente, intencional e teleológica (Lukács, 2018), que busca transformar a realidade – potencializando a educação, enquanto complexo praxiológico.

Nesse sentido, a educação deve ser entendida como um processo dialético, no qual os indivíduos são simultaneamente sujeitos e objetos da transformação social (Lukács, 2018). Esse posicionamento é bem desenvolvido em Freire (1996), embora haja uma grande discussão a respeito da posição marxista neste autor, quando afirma que a educação deve ser um processo de diálogo, reflexão e crítica da estrutura e do que as instituições reproduzem. Um pensamento educacional crítico traz, portanto, a preocupação com a superação das formas de alienação e o compromisso com as necessidades materiais da humanidade.

Assim, como bem desenvolvido por Lukács (2018), nosso método deve ser o dialético, deve pautar-se na superação das dicotomias teoria/prática, sujeito/objeto, homem/natureza, bem como a integração dos saberes científicos e humanísticos. As categorias ontológicas, tal como desenvolvidas por Lukács, oferecem um referencial teórico fundamental para pensar a educação na contemporaneidade. A concepção lukacsiana de ideologia como função social permite compreender a educação como um campo de disputa, no qual os valores e práticas hegemônicos podem ser questionados e transformados, em certo nível. Por outro lado, a alienação aponta para os desafios da educação em uma sociedade marcada pela exploração e pela dominação, mas também para a possibilidade de superação dessas condições por meio da práxis transformadora.

A educação, nesse sentido, embora cumpra a função de reprodução social, pode ser entendida como um espaço de formação de novas ideias potencialmente ideológicas, capazes de intervir na realidade e transformá-la. O legado de Lukács para a educação reside, portanto, na defesa de uma práxis transformadora, que integre a reflexão crítica e a ação consciente na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Como afirma o filósofo húngaro, o futuro da humanidade é um campo de possibilidades, e a educação pode desempenhar um papel crucial na construção de um futuro em que a alienação e a exploração sejam superadas, e a plena realização humana seja possível.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo analisar as categorias de ideologia e alienação, centrais na ontologia lukacsiana, e sua relevância para pensar a educação na contemporaneidade. A ideologia, longe de ser reduzida a um mero véu que mascara a realidade, é compreendida como uma função social que medeia os conflitos e as contradições da vida coletiva. Essa concepção permite entender a educação como um campo de disputa, onde os valores e práticas hegemônicos podem ser questionados e transformados. A alienação, por sua vez, é analisada como um fenômeno que afasta os indivíduos de seu caráter humano, impedindo o pleno desenvolvimento de suas potencialidades. No entanto, Lukács nos lembra que a alienação não é um destino inevitável, mas um fenômeno histórico que pode ser superado por meio da práxis transformadora.

Em tempos de crise ambiental, econômica e social, a obra de Lukács nos convida a refletir sobre o papel da educação na construção de um futuro mais justo e sustentável. A superação do capitalismo não se

limita à esfera econômica; ela permeia a própria consciência social, implicando mudanças profundas nos sistemas educacionais, nas relações de trabalho e na própria compreensão do valor humano.

Dessa maneira, segundo Mészáros (2005), a educação se configura como um dos principais mecanismos pelos quais se processa a reprodução das relações de produção capitalista, mas também é um espaço contraditório, onde se manifestam tensões entre as forças hegemônicas e contra-hegemônicas. Nesse sentido, a escola não é um aparato homogêneo de dominação, mas um terreno de disputa, no qual se entrecruzam projetos educativos que podem tanto reforçar – como é na maioria dos casos – quanto questionar a ordem vigente. Essa perspectiva dialoga com Gramsci (2000), ao destacar o papel da educação na construção da hegemonia cultural e na formação do intelectual orgânico, aquele capaz de articular o conhecimento com as lutas sociais concretas.

O potencial da educação em participar de um processo emancipatório não consiste em uma suposta neutralidade do conhecimento, mas na capacidade de articular teoria e prática em uma práxis transformadora. De acordo com Kosik (2007), a realidade social é marcada por uma aparência fetichizada que oculta suas determinações fundamentais. O papel da educação radical é justamente trabalhar para desvelar essas mediações, permitindo aos indivíduos compreenderem as contradições do mundo social e nossas limitações enquanto indivíduos para lidar com esses problemas. É nesse ponto que Lukács (2018) defende a construção de um processo ideológico atrelado aos verdadeiros interesses da classe trabalhadora, uma ideologia contra-hegemônica capaz de combater, nesse espaço de disputas, a ideologia alienante da classe dominante.

Nesse contexto, lidar com a alienação se torna central para a análise da educação contemporânea. A alienação, conforme proposto por Lukács (2018), é um pôr teleológico secundário, que não se limita ao âmbito econômico ou à dimensão pura do trabalho, mas perpassa todas as esferas superestruturais, trabalhando em prol da ideologia dominante. Assim, pensar a educação a partir das categorias ontológicas de Lukács implica em reconhecer sua natureza contraditória: ao mesmo tempo em que cumpre funções de reprodução social, ela pode ser um espaço de disputa pela resistência e emancipação. Essa ambivalência é fundamental para compreender os deságios da educação em sociedades capitalistas e pensar um processo educativo que possa se aliar às lutas pela revolução trabalhadora. A lógica do capital tende a instrumentalizar o conhecimento e transformar o ser humano em objeto. Contudo, conforme Lessa (2015), a ideologia como espaço de possibilidades, pode ser um terreno fértil para a construção de novas formas de consciência e prática social.

Assim, o desafio que se coloca é o de repensar a educação não apenas como um instrumento de reprodução social, mas como um espaço de construção de novas possibilidades históricas. Este trabalho é um desdobramento de um artigo anterior (Rosa & Andrade, 2024), em que discutimos a categoria *Reprodução*, compreendendo como a educação enquanto complexo social secundário tem o papel de conservar os elementos sociais para sua reprodução. O problema, destacamos, não é o caráter conservador da educação, mas sim o tipo de sociedade que está sendo reproduzido por esse processo. Além disso, compreendendo que Lukács não possui uma teoria da educação, especificamente, nosso esforço de se pensar a educação a partir de suas categorias pode requerer discussões e amadurecimentos.

Referências:

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1985.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRENVILLE, John Ashley Soames. **A History of the World from the 20th to the 21st Century**. London: Routledge, 2005.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- LESSA, Sérgio. **Lukács e a Ontologia do Ser Social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.
- LUKÁCS, György. **História e Consciência de Classes: Estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
- LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social – Tomo II**. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.
- MACENO, Talvanes Eugênio. Educação e reprodução social: a perspectiva da crítica marxista. **São Paulo: Instituto Lukács**, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MÉSZAROS, István. **O poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ROSA, Marllon Moreti de Souza; ANDRADE, Mariana Aparecida Bologna Soares de. A educação enquanto complexo social: esboço de uma crítica ontológica necessária. **Germinar: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 386–406, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminar/article/view/62190> Acesso em: 25 jul. 2025.
- ZITTA, Victor. **Georg Lukács' marxism alienation, dialectics, revolution: a study in utopia and ideology**. Springer, 2013.

Notas:

¹ Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), Doutorando em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor de Biologia, Biotecnologia, e Saúde e Bem-estar da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2758212184666215> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1008-8013> E-mail: marllonmoretti6@gmail.com

² Doutora em Educação para a Ciência pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Mestre em Educação para a Ciência pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professora no Departamento de Biologia Geral da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática (UEL). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0078830840463434> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1945-4606> E-mail: mariana.bologna@gmail.com

Recebido em: 25 de mar. 2025

Aprovado em: 30 de jun. 2025